

Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lério - 2023

Rua Capitao Luiz de Franca, 13 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 31.055.800/0001-33 Telefone: (81) 36347156

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

2023



Documento Assinado em 2023/09/28 por: JOSÉ RUI STOYAN DE SALES
Acesse em https://eod.cce.gov.br/ppp/validarDocumento.aspx?Codigo=documento_e0c3bcca-08e8-4980-991f-49a1605333e10

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|---------------------|---------------------|--|------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 2.245.971,63 | 1.209.879,25 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | 8.731,60 | 304.172,39 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 2.245.971,63 | 1.209.879,25 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 25.998,78 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 2.245.971,63 | 1.209.879,25 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | 0,00 | 25.998,78 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 2.245.971,63 | 1.209.879,25 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS (F) | 0,00 | 25.998,78 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 5.867,20 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | 5.867,20 | 0,00 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) | 5.867,20 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| | | | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 2.864,40 | 868,51 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS | 2.864,40 | 868,51 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F) | 2.864,40 | 868,51 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 3.414.512,08 | 2.161.183,03 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 3.414.512,08 | 2.161.183,03 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS | 2.683.899,97 | 1.781.038,19 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO | 2.683.899,97 | 1.781.038,19 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | 165.206,30 | 0,00 | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P) | 50.713,48 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P) | 27.802,00 | 0,00 | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| VEÍCULOS (P) | 656.500,00 | 0,00 | TOTAL DO PASSIVO | 8.731,60 | 304.172,39 |
| DEMAIS BENS MÓVEIS (P) | 1.783.678,19 | 1.781.038,19 | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| BENS IMÓVEIS | 888.157,57 | 452.243,32 | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |

Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lerio - 2023

Rua Capitao Luiz de Franca, 13 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 31.055.800/0001-33 Telefone: (81) 36347156

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em <https://eic.ce.gov.br/epp/validadorDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

| SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24) | | |
|---|---------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| 500 - Recursos não vinculados de Impostos | -227.022,36 | -189.214,20 |
| 500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação | -9.464.744,27 | -3.297.769,06 |
| 540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 2.306.078,04 | 742.016,76 |
| 540.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Impostos e Transferências de Impostos | 10.330.559,11 | 2.308.650,91 |
| 541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF | 609.130,71 | 426.292,75 |
| 541.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF | 279.572,64 | 618.781,34 |
| 542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT | 34.337,65 | 396.174,62 |
| 542.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAT | 565.740,41 | 255.651,18 |
| 543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR | 12.335,86 | 0,00 |
| 544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF | -2.161.359,75 | 0,00 |
| 550 - Transferência do Salário-Educação | -97.241,35 | -99.615,90 |
| 551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | -8,58 | -6,07 |
| 552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 54,23 | 654,62 |
| 553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | -54.161,41 | -66.730,05 |
| 569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE | 242.608,61 | -192.948,31 |
| 571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação | 1.348,37 | 1.728,07 |
| 576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | -139.987,88 | 0,00 |
| TOTAL | 2.237.240,03 | 903.666,66 |

Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lério - 2023

Rua Capitao Luiz de Franca, 13 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 31.055.800/0001-33 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99ff-49a160533e10



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lério
CNPJ: 31.055.800/0001-33

a.2. Domicílio da entidade

Rua Capitao Luiz de Franca, 13
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Silvaneide Maria Silva de Lima
Cargo: Secretaria Executiva
Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 01 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo Municipal de Educacao de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://ste.tec.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcca-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 2.245.971,63. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 2.245.971,63); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 2.245.971,63

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Curto Prazo

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|--|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de | 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eetec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bca-08e8-4980-99f1-49a160533e10

| | |
|---|------|
| vendas | |
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 3.414.512,08. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 3.414.512,08); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 3.414.512,08. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 2.683.899,97); BENS IMÓVEIS (R\$ 888.157,57); (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ - 157.545,46);

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|---------------------|---------------------|
| Bens Móveis | 2.683.899,97 | 1.781.038,19 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | -157.545,46 | -72.098,48 |
| Bens Imóveis | 888.157,57 | 452.243,32 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 3.414.512,08 | 2.161.183,03 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 8.731,60. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 5.867,20);



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 2.864,40);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 5.867,20 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 2.864,40. Totalizando passivo circulante em R\$8.731,60.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|----------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 8.731,60. dos quais R\$ 8.731,60 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 5.651.752,11) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 5.660.483,71) e passivos (R\$ 8.731,60). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 5.651.752,11); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 3.066.889,89. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 2.584.862,22, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 5.651.752,11.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraordinária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{2.245.971,63}{8.731,60} = 257,22$$



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais(PIPCP):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|----------------------------------|----------------|-------------|----------------|
| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | | |
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Subação | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Receita Orçamentária | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ativo imobilizado | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens de infraestrutura | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens do patrimônio cultural | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
|---|---|--|--------------------|-----------------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Investimentos permanentes | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CREDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DIVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público | Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP | Balanco orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |

SILVANEIDE MARIA SILVA DE LIMA
Secretaria Executiva

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0

Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério - 2023

Pc Severino Barbosa de Sales, 40 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 18.002.491/0001-75 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

2023



Documento Assinado Digitalmente por: OSESTORIO ANTONIO INACIO DE SALES
Acesse em: https://eod.cce.pe.gov.br/app/validarDoc.seam Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a1605333e10

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|---|-------------------|--------------------|--|------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 1.133,43 | 1.084,29 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | 18.600,00 | 18.600,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 1.133,43 | 1.084,29 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 1.133,43 | 1.084,29 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 1.133,43 | 1.084,29 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 18.610,00 | 18.610,00 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | 18.610,00 | 18.610,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) | 18.610,00 | 18.610,00 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | -10,00 | -10,00 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS | -10,00 | -10,00 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F) | -10,00 | -10,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 635.933,94 | 669.404,15 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 635.933,94 | 669.404,15 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| BENS IMÓVEIS | 669.404,15 | 669.404,15 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO | 669.404,15 | 669.404,15 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS BENS IMÓVEIS (P) | 669.404,15 | 669.404,15 | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | -33.470,21 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO | -33.470,21 | 0,00 | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | -33.470,21 | 0,00 | TOTAL DO PASSIVO | 18.600,00 | 18.600,00 |
| INTANGÍVEL (Nota 10) | 0,00 | 0,00 | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| DIFERIDO | 0,00 | 0,00 | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| | | | PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |

Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério - 2023

Pc Severino Barbosa de Sales, 40 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 18.002.491/0001-75 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: PC SEVERINO BARBOSA DE SALES
Acesse em: https://etc.ce.gov.br/pp/licitacao.do?seamCodigoDocumento=615333e10

| | | | | | |
|-------------------------|-------------------|-------------------|---|-------------------|-------------------|
| | | | RESERVAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE LUCROS | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS RESERVAS | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESULTADOS ACUMULADOS | 618.467,37 | 618.467,37 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS | 618.467,37 | 618.467,37 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO | 248.044,32 | 248.044,32 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P) | -33.421,07 | -33.421,07 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P) | 281.465,39 | 281.465,39 |
| | | | AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS | 53.984,88 | 53.984,88 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO | 316.438,17 | 316.438,17 |
| | | | (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22) | 618.467,37 | 618.467,37 |
| TOTAL | 637.067,37 | 670.488,44 | TOTAL | 637.067,37 | 670.488,44 |
| ATIVO FINANCEIRO | 1.133,43 | 1.084,29 | PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21) | 252.695,71 | 252.695,71 |
| ATIVO PERMANENTE | 635.933,94 | 669.404,15 | PASSIVO PERMANENTE | 0,00 | 0,00 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL (Nota 23) | 384.371,66 | 417.798,73 |

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério - 2023

Pc Severino Barbosa de Sales, 40 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 18.002.491/0001-75 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a1605333e10

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
|--|--------------------|--------------------|
| 701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados | -258.880,16 | -258.929,30 |
| 749 - Outras vinculações de transferências | 7.317,88 | 7.317,88 |
| TOTAL | -251.562,28 | -251.611,42 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério
CNPJ: 18.002.491/0001-75

a.2. Domicílio da entidade

Pc Severino Barbosa de Sales, 40
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Maria Souza de Oliveira
Cargo: Secretaria Executiva
Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 01 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo de Desenvolvimento Municipal de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE,

apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://ste.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 1.133,43. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 1.133,43); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 1.133,43

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Curto Prazo

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas | 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | |
|---|------|
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 635.933,94. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 635.933,94); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 635.933,94. É composto pelas contas: BENS IMÓVEIS (R\$ 669.404,15); (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -33.470,21);

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|-------------------|-------------------|
| Bens Móveis | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | -33.470,21 | 0,00 |
| Bens Imóveis | 669.404,15 | 669.404,15 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 635.933,94 | 669.404,15 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 18.600,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 18.610,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ -10,00);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 18.610,00 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ -10,00. Totalizando passivo circulante em R\$18.600,00.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|----------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://ste.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c30eca-08e8-4980-99f1-49a160533e10

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 252.695,71. dos quais R\$ 18.600,00 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 234.095,71 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 618.467,37) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 637.067,37) e passivos (R\$ 18.600,00). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 618.467,37); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 651.888,44. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ -33.421,07, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 618.467,37.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{1.133,43}{252.695,71} = 0,00$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|------------------------------------|--|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|------------------------------------|--|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais(PIPCP):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|----------------------------------|----------------|-------------|----------------|
| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | | |
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Subação | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Receita Orçamentária | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ativo imobilizado | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens de infraestrutura | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens do patrimônio cultural | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
|---|--|--|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Investimentos permanentes | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CREDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DIVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público | Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP | Balanco orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |

MARIA SOUZA DE OLIVEIRA
Secretaria Executiva

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0

Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério - 2023

Rua Maria Salome Batista de Sousa, 142 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 09.462.753/0001-93 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

2023



Documento Assinado Digitalmente em 02/05/2024 às 10:08:49
Assinatura: JOSÉ RISTON ANTONIO DA SILVA FILHO, RG: 4988498091F-49a1605333e10
Acesse em: <https://portal.tre.gov.br/ppp/validarDocumento.aspx>

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|-------------------|--------------------|--|------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 212.106,26 | 164.467,51 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | 18.393,85 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 211.937,51 | 164.298,76 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | -1.303,98 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 211.937,51 | 164.298,76 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR | -1.303,98 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 211.937,51 | 164.298,76 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS (F) | -1.303,98 | 0,00 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 168,75 | 168,75 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 5.840,92 | 5.840,92 |
| OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO | 168,75 | 168,75 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | 5.840,92 | 5.840,92 |
| OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO | 168,75 | 168,75 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) | -52.767,01 | 0,00 |
| OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P) | 168,75 | 168,75 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO (F) | 58.607,93 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 13.856,91 | 0,00 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS | 11.652,93 | 0,00 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F) | 11.652,93 | 0,00 |
| | | | OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 2.203,98 | 0,00 |
| | | | OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) | 2.203,98 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 328.019,82 | 293.781,40 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 328.019,82 | 293.781,40 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS | 355.498,53 | 306.571,04 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO | 355.498,53 | 306.571,04 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | 256.952,86 | 255.792,86 | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P) | 47.767,49 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS BENS MÓVEIS (P) | 50.778,18 | 50.778,18 | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |

Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério - 2023

Rua Maria Salome Batista de Sousa, 142 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 09.462.753/0001-93 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento
Acesse em
https://e-cf-e-pe.gov.br/epp/validaDoc.sea

| | | | TOTAL DO PASSIVO | 18.393,85 | 18.393,85 |
|--|-------------------|-------------------|---|-------------------|--------------------|
| | | | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| | | | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS | -27.478,71 | -12.789,64 | TOTAL DO PASSIVO | 18.393,85 | 18.393,85 |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO | -27.478,71 | -12.789,64 | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | -27.478,71 | -12.789,64 | ESPECIFICAÇÃO | | |
| INTANGÍVEL (Nota 10) | 0,00 | 0,00 | PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL | 0,00 | 0,00 |
| DIFERIDO | 0,00 | 0,00 | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE LUCROS | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS RESERVAS | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESULTADOS ACUMULADOS | 521.732,23 | 441.228,19 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS | 521.732,23 | 441.228,19 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO | -912.219,98 | -909.751,02 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P) | 80.504,04 | 138.568,27 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P) | -992.724,02 | -1.148.319,29 |
| | | | AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS | 1.168.477,07 | 1.168.477,07 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO | 202.990,14 | 202.990,14 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO | 62.485,00 | 62.485,00 |
| | | | (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Nota 22) | 521.732,23 | 441.228,19 |
| TOTAL | 540.126,08 | 458.248,91 | TOTAL | 540.126,08 | 458.248,91 |
| ATIVO FINANCEIRO | 211.937,51 | 164.298,76 | PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21) | 18.393,85 | 17.020,72 |
| ATIVO PERMANENTE | 328.188,57 | 293.950,15 | PASSIVO PERMANENTE | 0,00 | 0,00 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL (Nota 23) | 521.732,23 | 441.228,19 |

Fundo Municipal de Assistência Social de Vertente do Lério - 2023

Rua Maria Salome Batista de Sousa, 142 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 09.462.753/0001-93 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ RICARDO SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em <https://eic.ce.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

| SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24) | | |
|--|-------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| 500 - Recursos não vinculados de Impostos | 49.791,36 | 53.390,56 |
| 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | -118.936,69 | 30.247,27 |
| 661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 211.556,28 | 49.992,50 |
| 701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados | 62.462,50 | 24.977,50 |
| 749 - Outras vinculações de transferências | -11.329,79 | -11.329,79 |
| TOTAL | 193.543,66 | 147.278,04 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Assistencia Social de Vertente do Lério
CNPJ: 09.462.753/0001-93

a.2. Domicílio da entidade

Rua Maria Salome Batista de Sousa, 142
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Tassio de Oliveira Saraiva
Cargo: Secretario Executivo
Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Assistencia Social de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 01 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo Municipal de Assistencia Social de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE,

apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial**

Anexo 14, Lei nº4.320/64

valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eccc.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcca-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 212.106,26. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 211.937,51); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 168,75); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 211.937,51

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 168,75.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Registros de Créditos a Curto Prazo: OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P) (R\$ 168,75);

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|--|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de | 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | |
|---|------|
| vendas | |
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 328.019,82. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 328.019,82); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 328.019,82. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 355.498,53); (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -27.478,71);

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|-------------------|-------------------|
| Bens Móveis | 355.498,53 | 306.571,04 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | -27.478,71 | -12.789,64 |
| Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 328.019,82 | 293.781,40 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 18.393,85. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ -1.303,98); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 5.840,92); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 13.856,91);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor de R\$ -1.303,98, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 5.840,92 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 13.856,91. Totalizando passivo circulante em R\$18.393,85.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|---------------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ -1.303,98 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 18.393,85. dos quais R\$ 18.393,85 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 521.732,23) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 540.126,08) e passivos (R\$ 18.393,85). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 521.732,23); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 441.228,19. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 80.504,04, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 521.732,23.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraordinária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{211.937,51}{18.393,85} = 11,52$$



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais(PIPCP):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|----------------------------------|----------------|-------------|----------------|
| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | | |
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Subação | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Receita Orçamentária | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ativo imobilizado | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens de infraestrutura | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens do patrimônio cultural | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
|---|--|--|-------------|----------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Investimentos permanentes | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CREDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DIVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público | Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP | Balanço orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanço financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanço patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |

TASSIO DE OLIVEIRA SARAIVA
Secretario Executivo

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério - 2023

Rua Capitão Luis de Frana, s/n - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 08.986.213/0001-46 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|-----------------|--------------------|--|------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 2.163,93 | 40.050,90 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | -0,74 | -0,74 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 2.163,93 | 40.050,90 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 2.163,93 | 40.050,90 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 2.163,93 | 40.050,90 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | -0,74 | -0,74 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | VALORES RESTITUÍVEIS | -0,74 | -0,74 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F) | -0,74 | -0,74 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 591,14 | 622,25 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 591,14 | 622,25 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS | 655,00 | 655,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO | 655,00 | 655,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS BENS MÓVEIS (P) | 655,00 | 655,00 | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | -63,86 | -32,75 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO | -63,86 | -32,75 | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | -63,86 | -32,75 | TOTAL DO PASSIVO | -0,74 | -0,74 |
| INTANGÍVEL (Nota 10) | 0,00 | 0,00 | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| DIFERIDO | 0,00 | 0,00 | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| | | | PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério - 2023

Rua Capitão Luis de Frana, s/n - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 08.986.213/0001-46 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023

| | | | | | |
|-------------------------|-----------------|------------------|---|-----------------|------------------|
| | | | RESERVAS DE LUCROS | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS RESERVAS | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESULTADOS ACUMULADOS | 2.755,81 | 40.673,89 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS | 2.755,81 | 40.673,89 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO | -113.453,17 | -75.535,09 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P) | -37.918,08 | 32.305,77 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P) | -75.535,09 | -107.840,86 |
| | | | AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO | 0,00 | 0,00 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS | 129.211,42 | 129.211,42 |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO | -13.002,44 | -13.002,44 |
| | | | (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Nota 22) | 2.755,81 | 40.673,89 |
| TOTAL | 2.755,07 | 40.673,15 | TOTAL | 2.755,07 | 40.673,15 |
| ATIVO FINANCEIRO | 2.163,93 | 40.050,90 | PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21) | -0,74 | -0,74 |
| ATIVO PERMANENTE | 591,14 | 622,25 | PASSIVO PERMANENTE | 0,00 | 0,00 |
| | | | SALDO PATRIMONIAL (Nota 23) | 2.755,81 | 40.673,89 |

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |



Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério - 2023

Rua Capitão Luis de Frana, s/n - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 08.986.213/0001-46 Telefone: (81) 36347156

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
|---|-----------------|--------------------|
| 500 - Recursos não vinculados de Impostos | 2.164,67 | 40.051,64 |
| TOTAL | 2.164,67 | 40.051,64 |





Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério
CNPJ: 08.986.213/0001-46

a.2. Domicílio da entidade

Rua Capitão Luis de Frana, s/n
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Audrim Campos de Sousa
Cargo: Secretário Executivo CONDICA
Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 01 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eetec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bce4-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 2.163,93. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 2.163,93); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS E



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 2.163,93

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Curto Prazo

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas | 0,00 |
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano | 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | |
|--|------|
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |
|--|------|

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 591,14. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 591,14); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 591,14. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 655,00); (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -63,86);

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|---------------|---------------|
| Bens Móveis | 655,00 | 655,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | -63,86 | -32,75 |
| Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 591,14 | 622,25 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ -,74. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ -,74);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00);



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ -0,74.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|----------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://ste.te.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ -0,74. dos quais R\$ -0,74 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 2.755,81) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 2.755,07) e passivos (R\$ -,74). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 2.755,81); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 40.673,89. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ -37.918,08, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 2.755,81.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos

- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{2.163,93}{-0,74} = -2.924,23$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação
Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados
Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes
Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões
Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais(PIPCP):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|--|-------------------------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Receita Orçamentária | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| perdas. | | | | |
|---|---|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativo imobilizado | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens de infraestrutura | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens do patrimônio cultural | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | exaustão | | | |
|--|---|--|--------------------|-----------------------|
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Investimentos permanentes | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor | Setores Contábil e de | 31/12/2019 | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| Ação | recuperável | Patrimônio | | |
|---|--|-----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CREDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DIVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSORCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público | Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP | Balanco orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |



Prefeitura Municipal de
VERTENTE DO LÉRIO

Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

AUDRIM CAMPOS DE SOUSA
Secretario Executivo CONDICA

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bce4-08e8-4980-99f1-49a160533e10

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério - 2023

AV CAPITAO LUIZ DE FRANCA, 122 - CENTRO
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 48.915.443/0001-39 Telefone: (81) 36347112

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eic.cec.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-991f-49a100533e90

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|------------------|--------------------|--|------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 12.715,26 | 0,00 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 12.715,26 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 12.715,26 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 12.715,26 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 0,00 | 0,00 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| INTANGÍVEL (Nota 10) | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DIFERIDO | 0,00 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESULTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL DO PASSIVO | 0,00 | 0,00 |
| | | | PATRIMÔNIO LIQUIDO | | |
| | | | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| | | | PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | RESERVAS DE LUCROS | 0,00 | 0,00 |

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério - 2023

AV CAPITAO LUIZ DE FRANCA, 122 - CENTRO
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 48.915.443/0001-39 Telefone: (81) 36347112

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ RISTORIN AV DA SILVA FILHO RENO E SILVA DE SAES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0033624-08-8-4980-991F-49a16f533e10

| | | | | | |
|-------------------------|------------------|-------------|---|------------------|--|
| | | | DEMAIS RESERVAS | 0,00 | |
| | | | RESULTADOS ACUMULADOS | 12.715,26 | |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS | 12.715,26 | |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO | 12.715,26 | |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P) | 12.715,26 | |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | |
| | | | AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | |
| | | | SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO | 0,00 | |
| | | | (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA | 0,00 | |
| | | | TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Nota 22) | 12.715,26 | |
| TOTAL | 12.715,26 | 0,00 | TOTAL | 12.715,26 | |
| | | | | | |
| ATIVO FINANCEIRO | 12.715,26 | 0,00 | PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21) | 0,00 | |
| ATIVO PERMANENTE | 0,00 | 0,00 | PASSIVO PERMANENTE | 0,00 | |
| | | | SALDO PATRIMONIAL (Nota 23) | 12.715,26 | |

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

| SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24) | | |
|---|------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| 500 - Recursos não vinculados de Impostos | 12.715,26 | 0,00 |
| TOTAL | 12.715,26 | 0,00 |

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério - 2023

AV CAPITAO LUIZ DE FRANCA, 122 - CENTRO
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 48.915.443/0001-39 Telefone: (81) 36347112

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99ff-49a160533e10



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério

CNPJ: 48.915.443/0001-39

a.2. Domicílio da entidade

Av Capitaó Luiz de Franca, 122

Centro, Vertente do Lério – PE

CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Tassio de Oliveira Saraiva

Cargo: Secretario Executivo

Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho

CRC-PE nº 025898/O-0

E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 01 de dezembro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE,

apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://ecefce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99ff-49a160533e10

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eic.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bca1-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eetec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 12.715,26. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 12.715,26); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 12.715,26

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Curto Prazo

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas | 0,00 |
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |



Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eetec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e0c3f6e1-08e8-4980-99ff-49a160533e10

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 0,00. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 0,00); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. É composto pelas contas:

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|-------------|-------------|
| Bens Móveis | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | 0,00 | 0,00 |
| Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00);



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

Não houve registros de passivo circulante.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|----------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | |
|--|--|------------------|----------|
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |
|--|--|------------------|----------|

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. dos quais R\$ 0,00 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 12.715,26) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 12.715,26) e passivos (R\$ 0,00). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 12.715,26); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 0,00. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 12.715,26, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 12.715,26.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.



Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraordinária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{12.715,26}{0,00} = 0,00$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais(PIPSP):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|--|-------------------------------|-------------|----------------|
| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | | |
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Receita Orçamentária | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativo imobilizado | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens de infraestrutura | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|--|--------------------|-----------------------|
| Bens do patrimônio cultural | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |



Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|---|--|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Investimentos permanentes | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público | Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - | Balanco orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das | | | |



Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|-------|--|----------------|----------|-----------|
| DCASP | mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |

TASSIO DE OLIVEIRA SARAIVA
Secretario Executivo

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0

Fundo Municipal de Saude de Vertente do Lério - 2023

Pc Severino Barbosa de Sales, 40 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 69.902.112/0001-34 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

2023



Documento Assinado Digitalmente por JOSÉ CRISTÓVAM DE SALES FILHO, RENATO INACIO DE SALES
Acesse em <https://eod.cce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:663b6a-08e8-4980-991f-49a1605333e10>

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|--|---------------------|---------------------|--|------------------------|---------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATIVO CIRCULANTE (Nota 1) | 1.113.066,25 | 120.252,03 | PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11) | 17.129,79 | 278.862,18 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2) | 1.113.066,25 | 120.252,03 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL | 1.113.066,25 | 120.252,03 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO (F) | -0,60 | 0,60 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F) | 1.113.066,25 | 120.252,03 | ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO (F) | 0,60 | 0,60 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3) | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 625,80 | 278.558,80 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO | 625,80 | 278.558,80 |
| ESTOQUES (Nota 5) | 0,00 | 0,00 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) | 625,80 | 278.558,80 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | 0,00 | 0,00 |
| | | | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | PROVISÕES A CURTO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| | | | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 16.503,99 | 3.340,38 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS | 16.503,99 | 3.340,38 |
| | | | VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F) | 16.503,99 | 3.340,38 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7) | 4.293.703,55 | 4.121.824,29 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12) | 0,00 | 0,00 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13) | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 0,00 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15) | 0,00 | 0,00 |
| IMOBILIZADO (Nota 9) | 4.293.703,55 | 4.121.824,29 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16) | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS | 3.560.625,44 | 3.236.285,89 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO | 3.560.625,44 | 3.236.285,89 | TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | 0,00 |
| MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P) | 14.119,99 | 0,00 | PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17) | 0,00 | 0,00 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P) | 45.923,56 | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20) | 0,00 | 0,00 |
| MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P) | 5.290,00 | 0,00 | RÉSTADO DIFERIDO | 0,00 | 0,00 |
| VEÍCULOS (P) | 259.006,00 | 0,00 | TOTAL DO PASSIVO | 17.129,79 | 278.862,18 |
| DEMAIS BENS MÓVEIS (P) | 3.236.285,89 | 3.236.285,89 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| BENS IMÓVEIS | 1.072.618,46 | 1.072.618,46 | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |

Fundo Municipal de Saude de Vertente do Lério - 2023

Pc Severino Barbosa de Sales, 40 - Centro
Vertente do Lério/PE - CEP: 55760-000
CNPJ Nº: 69.902.112/0001-34 Telefone: (81) 36347156

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2023



Documento Assinado Digitalmente por: JOSÉ CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em <https://eic.ce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO | | | SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO | | |
|---|-----------------|--------------------|---|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR | ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | 0,00 | 0,00 | GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES | 0,00 | 0,00 |
| DIREITOS CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 0,00 | 0,00 |
| OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 0,00 | 0,00 | OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

| SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24) | | |
|---|---------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | EXERCICIO ATUAL | EXERCICIO ANTERIOR |
| 500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde | 93.011,14 | -365.671,99 |
| 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | 300.895,23 | -380.095,90 |
| 601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde | -20.851,00 | 0,00 |
| 602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. | 22.466,72 | 22.466,72 |
| 604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 80.091,88 | 0,00 |
| 605 - Outros Recursos Vinculados à Saúde | 26.643,83 | 0,00 |
| 632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde | 1.330,83 | 1.330,83 |
| 659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde | 28.987,64 | 0,00 |
| 706.3110 - Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares Individuais | 500.000,00 | 500.000,00 |
| TOTAL | 1.032.576,27 | -221.970,34 |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saude de Vertente do Lério
CNPJ: 69.902.112/0001-34

a.2. Domicílio da entidade

Pc Severino Barbosa de Sales, 40
Centro, Vertente do Lério – PE
CEP: 55760-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Denise Marques da Rocha
Cargo: Secretaria Executiva
Período de Gestão: 02/01/2023 a 31/12/2023

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: crisovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saude de Vertente do Lério concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3“Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2023 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 587 de 22 de outubro de 2022 (LOA 2023). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Vertente do Lério:

Fundo Municipal de Saude de Vertente do Lério

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e



Nota Explicativa

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 1.113.066,25. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 1.113.066,25); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 somam R\$ 1.113.066,25

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Curto Prazo

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

| DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|-------------|
| Valor total contabilizado em estoque | 0,00 |
| Valor classificado em outras contas específicas da entidade | 0,00 |
| Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas | 0,00 |
| Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período | 0,00 |
| Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período | 0,00 |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos | 0,00 |
| Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido | 0,00 |



Nota Explicativa
Balanço Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: e0c3bcea-08e8-4980-99f1-49a160533e10

| | |
|--|------|
| no resultado do ano | |
| Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos | 0,00 |

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 4.293.703,55. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 4.293.703,55); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 4.293.703,55. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 3.560.625,44); BENS IMÓVEIS (R\$ 1.072.618,46); (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -339.540,35);

| DESCRIÇÃO | 2023 (R\$) | 2022 (R\$) |
|---|---------------------|---------------------|
| Bens Móveis | 3.560.625,44 | 3.236.285,89 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis) | -339.540,35 | -187.080,06 |
| Bens Imóveis | 1.072.618,46 | 1.072.618,46 |
| Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 4.293.703,55 | 4.121.824,29 |

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 17.129,79. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 625,80); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 16.503,99);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00);



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 625,80 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 16.503,99. Totalizando passivo circulante em R\$17.129,79.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO | | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO | |
|--|----------|--|----------|
| PESSOAL | R\$ 0,00 | PESSOAL | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | R\$ 0,00 |
| BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 | BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS | R\$ 0,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 | ENCARGOS SOCIAIS | R\$ 0,00 |

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2023 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2023 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, RENATO LIMA DE SALES
Acesse em: https://eetecae.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam?codigo_documento:e0c3bcea-08e8-4980-99ff-49a160533e10

| PROVISÕES DE CURTO PRAZO | | PROVISÕES DE LONGO PRAZO | |
|--------------------------|----------|---------------------------|----------|
| PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 | PROVISÕES TRABALHISTAS | R\$ 0,00 |
| PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 | PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | R\$ 0,00 |
| OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 | PROVISÕES FISCAIS | R\$ 0,00 |
| | | OUTRAS PROVISÕES | R\$ 0,00 |

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2023 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2023 totalizou R\$ 80.489,98. dos quais R\$ 17.129,79 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 63.360,19 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 5.389.640,01) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 5.406.769,80) e passivos (R\$ 17.129,79). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 5.389.640,01); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 3.963.214,14. O resultado econômico da entidade no exercício de 2023 foi de R\$ 1.426.425,87, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 5.389.640,01.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a



Nota Explicativa Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{1.113.066,25}{80.489,98} = 13,83$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2023, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

| Saldo do Exercício Anterior | Saldo para o Exercício Seguinte |
|-----------------------------|---------------------------------|
| R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanco Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2023 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2023.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2023, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2023.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2023.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

h.21. Plano de Implantação Contábeis Patrimoniais(PIPCP)

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|--|-------------------------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Receita Orçamentária | Deduções da Receita Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Redutor Financeiro - FPM | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Transf. de Recursos Intergovernamentais | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Remuneração de Depósitos Bancários | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| Despesa Orçamentária | Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| | Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde | Setor Contábil | 31/12/2014 | Concluído |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários) | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2020 | Concluído |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.² | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisões por competência. | Reconhecimento | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e Tributário | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | Evidenciação de ativos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação de passivos contingentes | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Ativo imobilizado | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Depreciação, amortização e exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2015 | Concluído |
| | Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ativo intangível | Procedimentos para identificar um ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Reconhecimento do ativo intangível | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Baixa | Setor de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Reconhecimento | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|--|---|--|--------------------|-----------------------|
| Bens de infraestrutura | Evidenciação | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setores de Obras e Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP) | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Bens do patrimônio cultural | Reconhecimento | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Mensuração | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Evidenciação | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Depreciação, amortização ou exaustão | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| | Reavaliação e redução ao valor recuperável | Setor de Patrimônio | 31/12/2022 | Não iniciado |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2017 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Reconhecimento | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Obrigações com fornecedores por competência. | Reconhecimento | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Mensuração | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| | Evidenciação | Setor Contábil | 31/12/2015 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais obrigações por competência. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres | Reconhecimento | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| | Amortização, | Setores Contábil, de | | |



Nota Explicativa Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| | | | | |
|---|--|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| | reavaliação e redução ao valor recuperável | Informática e de Patrimônio | 31/12/2020 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Outros ativos intangíveis | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Investimentos permanentes | Reconhecimento | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| | Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável | Setores Contábil e de Patrimônio | 31/12/2019 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estoques | Reconhecimento | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Mensuração | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| | Evidenciação | Setores Contábil e de Almoxarifado | 31/12/2021 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico. | | | |
| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Registros contábeis | Recebimento de recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Registro da dedução de 20% do FUNDEB | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setores contábil e administrativo | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Subação | Produto | Subação |
| Registros contábeis | Registros contábeis conforme MCASP | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Estrutura do plano de | Lançamentos contábeis | | | |



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64

| contas aplicado ao setor público | padronizados e conjunto de lançamentos padronizados | Setor contábil | Imediato | Concluído |
|--|--|--------------------|--------------------|-----------------------|
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
| Ação | Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP | Balanco orçamentário | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco financeiro | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das variações patrimoniais | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Balanco patrimonial | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração dos fluxos de caixa | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Demonstração das mutações no patrimônio líquido | Setor contábil | Imediato | Concluído |
| | Consolidação das demonstrações contábeis | Setor contábil | Imediato | Concluído |

DENISE MARQUES DA ROCHA
Secretaria Executiva

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0